

Êxito depende do equilíbrio fiscal

As linhas gerais do plano de combate à inflação estão definidas há pelo menos 60 dias. Inicialmente, Cardoso quer ter certeza de que terá equilíbrio fiscal em 1994. Os cortes orçamentários que estão sendo feitos agora para acabar com déficit de 25 bilhões de dólares poderão ser ampliados se o Governo não obtiver receita para cobri-los.

Cardoso não quer deixar dúvidas quanto ao equilíbrio fiscal das contas públicas, porque entende que este problema é a raiz da inflação. Sem bani-lo não seria possível atacar o fator inercial, força que poderá manter os índices em patamares elevados, mesmo com ajuste fiscal.

Para isso, a equipe econômica utilizará as vertentes cambial e monetária do plano. O Banco Central vai exercer rígido controle sobre o volume de dinheiro em circulação no mercado, como forma de evitar estímulo ao consumo. Isso dificultará a queda da taxa de juro num primeiro momento

Dosagem — A dose dessa taxa estará em sintonia fina com a utilização de âncora cambial para

baixar a inflação. Cardoso nega o uso desse tipo de âncora. A taxa de câmbio será controlada de forma a forçar os preços para baixo. Na prática, ela será corrigida a cada 30 dias num patamar inferior à inflação do mês anterior.

O nível da balança comercial brasileira será acompanhado atentamente para evitar desequilíbrios. Uma valorização irreal da moeda nacional frente ao dólar pode tornar mais caros os produtos brasileiros. Isso levaria a uma perda de mercado internacional, podendo ocasionar, até mesmo, déficits.

Assessores de Cardoso evitam fazer comentários sobre como farão o setor privado elevar seus preços conforme a variação do dólar. Eles negam que isso será negociado, como num pacto. Essa palavra estaria fora do vocabulário da equipe econômica.

Preços — As tarifas públicas poderão ser utilizadas para fortalecer a tendência de queda preços privados. As duas que mais têm peso sobre os custos das empresas são as de energia elétrica e combustíveis. O Ministério da

Fazenda pretende terminar o ano com valores reais (suficientes para cobrir os gastos e realizar o mínimo de investimentos) para todas as tarifas.

A teoria é de que, por isso, elas estariam preparadas para acompanhar a variação cambial descendente sem desequilibrar as contas da Petrobrás e Eletrobrás. Isso será realizado cuidadosamente porque os efeitos negativos atingem indiretamente o Tesouro Nacional.

As reservas cambiais reforçam a possibilidade de intervenção governamental sobre o mercado. Elas encontram-se na faixa de 20 bilhões de dólares no conceito de caixa (dólares efetivamente "nas mãos" do Banco Central), sem a volatilidade dos 27 bilhões no conceito liquidez internacional.

Unificação — O fato facilita a unificação cambial, que extingiria o dólar turismo. A medida reforçaria a adoção do dólar como padrão de indexação de preços, evitando que isso seja feito por outras vias. Nesse caso a chamada desindexação da economia seria uma indexação à variação do dólar, descendente mensalmente.